

AVALIAÇÃO DOCENTE PARA OS ALUNOS APRENDEREM MAIS E MELHOR

POR VÍVIAN GAMBA



Falar de avaliação docente não é novidade. Muitas escolas já têm esse trabalho incorporado às suas práticas. Mas com que propósito? Mais do que saber se o professor é pesquisador, se domina a tecnologia, se cumpre regras, é preciso saber se ele, de fato, consegue impactar a aprendizagem dos seus estudantes. “Tem muita gente com currículo exemplar, mas que não consegue transformar esse conhecimento em habilidade e competência docente. Esse é o maior problema. Ficamos fazendo avaliação com base em questões comportamentais (como ser assíduo e pontual), em conhecimento, mas não na qualidade da intervenção pedagógica”, alerta a mestre em gestão educacional e diretora executiva da Plataforma de Leitura Elefante Letrado, Mônica Timm de Carvalho.

A qualificação do professor é muito importante. Indiscutível. E, assim como em outras profissões, a busca por aperfeiçoamento, novos aprendizados e formações é essencial. Mas, segundo Mônica, é preciso entender se todas essas coisas que o professor aprende estão coladas a uma avaliação sobre as crianças estarem ou não aprendendo. “É a questão primordial, e isso não acontece nas escolas.”

Entre as principais razões, está o fato de não existirem protocolos de identificação de impacto do professor na aprendizagem do aluno. “Eles não são claros e não foram definidos no Brasil”, afirma Mônica. Uma referência nesse tipo de trabalho é o professor neozelandês John Hattie (ver entrevista com ele na página 10 desta edição), que lidera pesquisadores do Instituto de Pesquisa em Educação de Melbourne, na Universidade de Melbourne (Austrália), e da Universidade de Auckland (Nova Zelândia) em estudos que incluem indicadores de desempenho e avaliação em educação, medidas de criatividade e modelos de ensino e aprendizagem. Na obra ‘Aprendizagem visível’, resultado de 15 anos de estudo, Hattie mostra que professores com alto impacto na melhoria da aprendizagem dos seus alunos estão o tempo inteiro modulando suas intervenções didático-pedagógicas com base nas evidências de como elas impactam as crianças. Se não deu certo, eles retomam, refazem, mudam a lógica. Até que consigam que todas aprendam. Porque todas podem aprender.

Para a mestra em gestão educacional, muitas vezes faltam conhecimentos técnicos em educação e também nas áreas específicas, para que se estabeleça uma avaliação mais efetiva sobre a situação atual do aluno e sobre o que é preciso fazer para que ele chegue às aprendizagens desejadas.

“Não é tarefa simples identificar o nível de proficiência em Matemática ou o estágio de desenvolvimento da compreensão leitora de um estudante, por exemplo.”

Como começar

É dever da escola organizar um conjunto de indicadores para evidenciar aquilo que ela quer, que propõe desenvolver. Os critérios envolvidos e a forma com que a escola vai sistematizar essa avaliação são definidos a partir do contexto, da estratégia dessa organização, explica a professora do PPG de Gestão e Negócios e de Gestão Educacional da Unisinos e doutora em psicologia Patricia Martins Fagundes Cabral. “O que podemos apontar são três grandes blocos de competência: o domínio conceitual e estratégico, que inclui mobilidade, conhecimento, proatividade e visão sistêmica; habilidades técnicas – domínio técnico para fazer uma hora do conto, por exemplo – com a identificação de *gaps*; e, por fim, as habilidades intra e interpessoais, que é o que está para além do técnico, do conceitual e do estratégico.”

É necessário ter em mente que as escolas são diferentes entre si, e o que serve para uma não serve para outra. Os públicos são diversos, as realidades, as propostas e as promessas de valor de cada instituição, também. Tal como os projetos político-pedagógicos são o diferencial de uma escola, os critérios para a condução dessa avaliação da mesma forma serão. “A maneira como um projeto político-pedagógico define a avaliação dos alunos tem que ser considerada na avaliação dos professores. Se estou falando de projeto mais construcionista, voltado para habilidades não conceituais, isso tem que ser transportado para a avaliação docente”, alerta Patricia.

Uma consultoria externa, para dar início ao processo, é válida. Porque o olhar viciado é um dos problemas enfrentados por qualquer organização. “A presença de um interlocutor de fora elimina esse viés. Ele tem esse distanciamento ótimo, de enxergar aquilo que quem está no processo não enxerga”, aponta Mônica.

Engajamento

O instrumento de avaliação sempre foi o espaço de poder do professor, e quando a instituição propõe a inversão desse olhar, não é simples, afirma Patricia. “Sabemos das resistências que esse tema tem, em função da compreensão, do entendimento de como tudo isso é vivido.” Ela destaca que é preciso entender que a avaliação é um momento de um processo mais amplo, a gestão do

desempenho. E que mesmo que a expressão usada seja "avaliação", ela está na perspectiva de um processo, não de um evento.

A resistência acontece porque, muitas vezes, as próprias organizações colocam a avaliação num patamar de punição. "A avaliação, em si, não é boa nem má. A maneira como isso se integra aos princípios de gestão é que vai definir se os professores vão aderir mais ou menos a isso como um modelo para o seu crescimento", avalia Mônica. A escola é um lugar em que alunos e professores precisam aprender. Mas as instituições de ensino, via de regra, não têm currículos corporativos pensados para a formação de seus professores. "A avaliação docente tem que redundar na melhor equalização desse conteúdo de currículo corporativo. Identificando as fragilidades dos professores é que eu vou definir quais são as pautas para que eles estudem e se qualifiquem. Temos que mostrar como a avaliação docente tem aplicação direta em todos os fazeres da escola, trabalhar em cima disso e gerar decisões e encaminhamentos", encoraja a especialista.

Para que os professores se permitam participar desse processo e o engajamento ocorra, de fato, é fundamental que todos entendam a avaliação como um fator que vai conduzir ao desenvolvimento, à melhoria, a uma relação de ganha-ganha para todos. "O discurso de avaliar para melhorar, para que apareçam virtudes, potencial e novas possibilidades de entrega tem que aparecer na prática. Passa por implicações sobre como essa cultura (organizacional) lida com o erro, como delimita suas condições de entrega. É um olhar muito mais sistêmico, e a escola tem que estar disposta a dialogar sobre isso", diz Patricia.

Transparência e liderança

Então, nesse processo de avaliação, a instituição tem que se posicionar não com ameaça, mas com transparência, orienta Patricia. "É importante ter claro, sempre que vou avaliar alguém, de que ponto eu parto, qual a combinação dessa avaliação com essa pessoa, com esse grupo. E deixar claro o que vai acontecer depois desse momento, que repercussões isso tem."

As lideranças são fundamentais e dão o tom de todo o trabalho. A direção cabe dar o rumo da instituição e transmitir, com clareza, no nível tático, quais os elementos que precisam ser percorridos; e às coordenações pedagógicas, constituírem-se, verdadeiramente, como lideranças. A literatura aponta que um dos grandes gargalos das organizações são as lideranças intermediárias. "Qual o principal problema? Para que seu papel



/// Coordenação pedagógica deve se constituir como liderança

como líder seja bem feito, tem que sentir retroalimentação. As lideranças estratégicas têm que ser bem trabalhadas para desenvolver líderes com essas competências. Senão, como liderados, os professores não conseguem se espelhar. É um processo estratégico, que se estrutura para gerir o processo, e não só para fazer avaliação", alerta a psicóloga.

Outro ponto importante é garantir espaço de planejamento dos professores. "Não existe qualidade de ensino se (esse trabalho) não for feito a muitas cabeças. Precisamos discutir o que é prioritário ensinar ou não, qual é o jeito melhor de ensinar naquela realidade, naquela escola. Tem um professor que trabalha com uma área e outro com outra? Como eles podem se integrar em nome de propostas educacionais maiores?", propõe Mônica. Esse planejamento, além de definir expectativas de aprendizagem e reorganizar e repensar currículos para aderir à realidade, completaria-se com um ato contínuo de autoavaliação: esse formato de aula está resultando no quê?; quantos alunos estão progredindo?; o que é possível fazer com aqueles que não evoluíram? "É uma posição de professor investigador, pesquisador de suas próprias práticas. Na lógica da educação 3.0, de ensino mais personalizado, isso é condição essencial para o negócio funcionar", acredita Mônica.

Mãos na massa

O Colégio Anchieta, de Porto Alegre, já planeja um trabalho nessa linha, de acompanhamento docente. Segundo o coordenador do projeto, professor Cleiton Gretzler, o processo não é definido como "avaliação", mas tem o objetivo de acompanhar e retroalimentar as práticas pedagógicas. A ideia surgiu num trabalho maior realizado na instituição,

um sistema de qualidade de gestão escolar. “Identificamos que não tínhamos evidências suficientes para dar conta dos indicadores que estavam nesse sistema.”

Segundo o professor, ao olhar para as próprias práticas, as perguntas essenciais que surgiam eram: existem coerência e sequências das atividades (início, desenvolvimento, fechamento)? Qual a pertinência e o uso pedagógico dos recursos? O tempo tem sido bem utilizado? Há domínio de conteúdos disciplinares e capacidade para transferi-los e integrá-los de forma adequada ao processo de aprendizagem? Foram pensados, então, em três eixos que ajudariam a chegar a essas respostas: 1) o processo de acompanhamento do planejamento dos professores, que já é feito pelo setor pedagógico; 2) o acompanhamento da prática didática, que engloba metodologia, clima e gestão de tempo; e 3) o processo de reflexão acerca dos pontos observados. “Esse é o ponto mais importante. A partir do que foi observado, garantir espaços de crítica, de observação, de retomada, de aprimoramento, de ajustes. E, com esse *feedback*, ver o que fazer, sempre em relação à aprendizagem que a gente deseja.”

O primeiro momento foi de autoavaliação, que durou cerca de um ano, o segundo de estudo, para traçar linhas de ação, ainda está em andamento. “Estamos na prototipagem. A gente sabe que na prática escolar não tem muito isso. Estamos engatinhando. A ideia é encontrar um protótipo que de alguma forma dê as evidências de que precisamos.” Essas testagens, que devem ocorrer até o final do ano, darão origem a um documento que, se aprovado pelo conselho acadêmico, fará com que o acompanhamento docente seja aplicado, de fato, em toda a escola.

“A avaliação, em si, não é boa nem má. A maneira como se integra aos princípios de gestão é que vai definir se os professores vão aderir”, Mônica de Carvalho

O resultado do aluno é tudo o que se quer. Ele precisa aprender, e o resultado dele vai revelar o quanto a escola é eficiente. O Enem, por exemplo, faz parte disso, mas não é tudo. “É um elemento muito importante, mas apenas um. O exame não consegue dizer tudo sobre o resultado do meu aluno e o que foi feito no processo formativo dele”, pondera Mônica.

Um ensino pautado em evidências requer trabalho. Requer líderes que incitem professores a pensar sobre quais evidências coletar para ver se a aprendizagem está acontecendo. É sair da zona do “achismo”, que não oferece nada mais do que o levantamento de hipóteses, para trabalhar com mais cientificidade e profissionalismo. Com novos balizadores, melhoram os professores, melhoram os alunos, melhora a instituição. Razões de sobra para começar.

A pauta desta reportagem foi construída em reunião realizada na Regional Metropolitana, no Colégio Anchieta, e contou com a participação dos seguintes educadores: Adriana Ribas (Colégio Maria Imaculada), Cleiton Gretzler e Dóris Trentini (Colégio Anchieta), Eliane Alves de Bragança (Colégio Batista), Elizete Delima Carneiro (Escola Mãe Admirável), Fabiana Pires e Maria Waleska Cruz (Colégio Santa Inês), Fabiane Franciscone (Rede La Salle), Keila Gaspar Martins (Colégio Sinodal do Salvador), Leticia Bastos Nunes (Colégio Farroupilha), Rafael Korman (Colégio Israelita), Shirley S. Cardoso (Rede Marista), Silvia Batista (Colégio Dom Bosco) e Tula Peruzzo (Escola Nossa Senhora do Brasil).